

# BC revela que FMI controlará a economia

até 1991

BRASÍLIA — O Governo brasileiro estará submetido a um sistema de "monitoramento" do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia do País, mesmo depois de encerrado o acordo de facilidade ampliada estabelecido durante o Governo Figueiredo, que se estende até fevereiro do próximo ano. A informação é do Diretor da Área Externa do Banco Central, que definiu o sistema de monitoramento como um acompanhamento menos assíduo do Fundo em relação à economia brasileira.



A abrangência do acompanhamento que o FMI exercerá sobre o País, depois de fevereiro de 86, será compatível com o período a ser compreendido pela renegociação plurianual da dívida externa brasileira conduzida com os bancos credores internacionais pelo atual Governo. Em princípio, a proposta acertada é de reescalamento plurianual da dívida no período de 85 a 91.

D O Diretor da Área Externa do BC explicou que caberá ao FMI, no período compreendido pela renegociação plurianual, encaminhar aos bancos credores internacionais informações sobre o andamento do programa de ajustamento da Economia brasileira. Para isso, a instituição deverá se valer de missões técnicas enviadas ao País, com uma periodicidade, em princípio, semestral.

**“A proposta de capitalização dos juros hoje não tem sentido. Para mim, o ajustamento externo não deve ser visto como padrasto”**

JOSÉ CARLOS MADEIRA SERRANO,  
Diretor da Área Externa do Banco Central

O Governo Tancredo Neves, como admitiu ontem Madeira Serrano, terá de negociar não só os termos finais do acordo com a comunidade financeira internacional, que o Diretor considera praticamente concluído, e também o prazo desse sistema de acompanhamento a ser empregado pelo FMI. A participação do próximo Governo, mesmo nessa fase final de entendimentos, é positiva, segundo Serrano, na medida em

que dá oportunidade de avaliação sobre os termos já acertados.

Ele não tem dúvidas de que o programa estruturado pelo atual Governo fornece suficiente margem de segurança para caracterizá-lo como viável. O fato de o País dispor, hoje, de reservas internacionais líquidas de US\$ 12 bilhões, sendo cerca de US\$ 7 bilhões em caixa, representa um fator de tranquilidade nas negociações a serem conduzidas pelo próximo Governo. Esse nível de reservas internacionais só foi superado historicamente, como lembrou, no ano de 1978.

Além da ampliação de prazos, eliminação de comissões pagas aos banqueiros, redução da taxa de risco (*spread*) e da substituição da *prime* (taxa de referência do mercado americano) pela *libor* (taxa de mercado londrino), Serrano citou como fator positivo nos termos já acertados com os banqueiros a redução das linhas de crédito interbancário. No acerto feito com os banqueiros, a redução dessas linhas seriam compensadas com mais crédito comercial.

O Diretor da Área Externa do Banco Central revelou confiança também em relação ao compromisso assumido pelo País de obter superávit de US\$ 12,9 bilhões na balança comercial este ano. Apesar de o desempenho da balança, nos dois primeiros meses do ano, ter ficado aquém do mesmo período do ano passado, nada indica, segundo ele, que os produtos de exportação do País venham perdendo competitividade no exterior.

Nesse sentido, Serrano não vê necessidade de alteração da política cambial atualmente em vigor, nos termos do programa externo montado para este ano.